

## CARTA DE PORTO ALEGRE

A XII Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa realiza-se em Porto Alegre no ano em que se completam vinte anos da **Eco 92** e às vésperas da **Rio+20**, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

O tema da **XII Conferência do OIDP** - Democracia nas Cidades e as Grandes Transformações Urbanas – conecta-se, portanto, ao desafio mais urgente da humanidade, que é, por meio da participação cidadã, ressignificar o padrão de desenvolvimento dos países e de suas cidades, tornando universalmente aceito o paradigma que se sustenta na democracia, na liberdade, nos direitos humanos, na inclusão social e no equilíbrio ambiental.

Vivemos um período paradoxal: de um lado, a maioria dos povos sofre as consequências de um modelo de desenvolvimento esgotado, que desde 2008 causa desemprego, fome, fechamento de empresas e falência de Estados Nacionais.

A crise americana espalhou-se pela maioria dos continentes e hoje é de tal monta que ameaça o futuro da Zona do Euro, a sobrevivência humana na África, enfraquecendo a confiança e a coesão social em milhares de comunidades. Origem da tragédia, o capital financeiro se reorganiza novamente como credor dos governos em crise.

Por outro lado, a crise mundial faz emergir energias criativas nas ruas de dezenas de países. Em verdade, as Primaveras Árabes, os Indignados Europeus, os diversificados Occupy, não só derrubam governos, mas exigem a devolução do espaço público, para que eles possam reinventá-lo. A cocriação de uma nova democracia e, sobretudo, de novas instituições, é escrita por milhares de mãos na agenda política do século XXI.

Não é outra a realidade nas cidades, em permanente crise social e ambiental, onde os modelos de urbanização excludente entram num círculo vicioso com a especulação fundiária, tornando a gestão do território subordinada à acumulação da renda e não contribuem à melhoria da qualidade de vida dos habitantes. As grandes transformações urbanas tornaram-se, com muito mais força do que no passado, parte deste jogo perverso. A ressignificação deste modelo de desenvolvimento torna-se, portanto, imperiosa, dentro de um projeto político global ainda a ser cocriado pelas sociedades.

A XII Conferência do OIDP, realizada entre os dias 11 e 13 de junho, sustentada nos debates e conversas desenvolvidas por atores sociais, acadêmicos, autoridade locais, técnicos, estudantes, ao longo dos seus trabalhos e em experiências, algumas já consagradas e outras emergentes nas cidades, oferece alguns caminhos:

- 1) Reafirmar o compromisso com as diferentes formas de democracia participativa como meio de enfrentar a crise política, econômica e social e desenvolver novas formas de governança local.
- 2) Multiplicar Observatórios de Democracia Participativa nas cidades, que democratizem a informação e estimulem a produção do conhecimento, facilitando e tornando legível o diagnóstico da realidade social e contribuindo na construção de políticas públicas sustentáveis.
- 3) Estimular a criação de uma legislação afinada com um novo paradigma de desenvolvimento, que regule as fronteiras territoriais dos espaços público e privado, aponte áreas de interesse social e cultural, preservação ambiental etc, aproveitando a rica experiência do Estatuto da Cidade brasileiro.

- 4) Promover alianças sociais que possam cocriar espaços públicos de participação, que integrem as ações de formulação, planejamento, decisão de políticas públicas e privadas sustentáveis: orçamentos participativos, fóruns, conselhos, redes sociais colaborativas, etc. No caso de “espaços públicos de participação virtual”, estimular o desenvolvimento e uso de plataformas abertas.
- 5) Criar mecanismos que garantam a adequação das obras previstas em megaprojetos ao planejamento de curto, médio e longo prazo das cidades, respeitando os ritmos e os modos de vida locais.
- 6) Maior empenho na promoção de diferentes ferramentas culturais, que apoiem a capacidade dos processos participativos de se tornar atrativos para novas gerações e acessíveis às diferentes capacidades de elaboração cultural dos indivíduos.
- 7) Diante da emergência da participação cidadã, horizontal, em rede – virtual ou presencial – estimular os governos a desenvolverem políticas que integrem a educação, a cultura e a tecnologia, facilitando os processos criativos que se abastecem na retomada dos espaços públicos de participação, convivência e amizade pública.

Porto Alegre, 13 de Junho de 2012.